

assinadas.

Macapá-AP, 01 de setembro de 2016.

HORÁCIO MAURIEN FERREIRA DE MAGALHÃES  
Defensor Público Geral do Estado do Amapá  
CONTRATANTE

RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA  
Proprietária do Imóvel  
CONTRATADA

### Procuradoria Geral do Estado

Narson de Sá Galeno

### CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### PORTARIA Nº 248/2016 - CLC/PGE

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 0089, de 01 de julho de 2015 e, com base no Decreto Estadual n.º 3.313, de 15/09/2016 (torna obrigatório o uso do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA) e o Decreto Estadual n.º 3.184, de 02/09/2016 (Regulamenta a Central de Licitação e Contratos-CLC).

#### RESOLVE:

Art. 1º - Criar o CRONOGRAMA DE INCLUSÃO dos órgãos integrantes do Poder Executivo da Administração Direta ao Sistema Centralizado de Licitações, Concessões Públicas, Aliações e Contratos de Obras, Serviços, Compras e Locações do Estado do Amapá, conforme segue:

ÓRGÃOS	DATA
Gabinete do Governador	
Controladoria-Geral do Estado do Amapá	01 a 30/11/2016
Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres	16/01 a 10/02/2017
Defensoria Pública do Estado	
Polícia Civil do Estado do Amapá	13/02 a 14/03/2017
Corpo de Bombeiros Militar do Amapá	15/03 a 11/04/2017
Polícia Técnico - Científica	
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia	12/04 a 12/05/2017
Secretaria de Estado do Turismo	
Secretaria de Estado da Desenvolvimento Rural	15/05 a 09/06/2017
Secretaria de Estado da Comunicação	
Secretaria de Estado da Desporto e Lazer	12/06 a 10/07/2017
Secretaria de Estado da Fazenda	
Secretaria de Estado da Meio Ambiente	11/07 a 07/08/2017
Secretaria de Estado da Cultura	
Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo	08/08 a 04/09/2017
Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social	05/09 a 03/10/2017
Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	
Secretaria de Estado do Planejamento	04/10 a 03/11/2017
Secretaria de Estado da Educação	16/01 a 15/02/2018
Secretaria de Estado da Saúde	16/02 a 15/03/2018
Secretaria de Estado da Infraestrutura	16/03 a 13/04/2018
Secretaria de Estado do Transporte	16/04 a 14/05/2018

Art. 2º - As datas previstas neste,

cronograma poderão ser alteradas, de acordo com a conveniência da Central de Licitações e Contratos/PGE.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 03 de Outubro de 2016.

NARSON DE SÁ GALENO  
Procurador-Geral do Estado do Amapá

#### PORTARIA Nº 252 / 2016 - CLC/PGE

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 0089 de 01 de julho de 2015 e Decreto Estadual nº 5311 de 17 de Novembro de 2015, nos termos do Artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002.

#### RESOLVE:

Art.1º Designar PREGOEIROS e a EQUIPE DE APOIO, da Central de Licitações e Contratos - CLC/PGE, para realizarem licitações na modalidade PREGÃO (Eletrônico e Presencial), bem como executarem todas as demais atribuições conferidas pela supracitada Lei.

Pregoeiros:

BERNARDO FIRMINO MARTINS DE SOUZA  
JOSIENE MENEZES FONTENELLE  
RODRIGUES  
JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SILVA  
SELMA SILVA MIRANDA

Equipe de Apoio:

ANGELA CRISTINA FREIRES NEGREIROS  
BEATRIZ LOURENÇO GONÇALVES  
JOSIANE CARDOSO DA COSTA DE SOUZA  
KLEBER RIBEIRO OLIVEIRA

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá validade de 24 (vinte e quatro) meses.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 03 de Outubro de 2016.

NARSON DE SÁ GALENO  
Procurador Geral do Estado do Amapá

#### PORTARIA Nº 249/2016-PGE

O SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 8º, § 2º, incisos I, II e VI da Lei Complementar nº. 0089 de 01 de Julho de 2015, e tendo em vista o Memo. nº 066/2016-PLCC/PGE/AP.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Relotar a servidora Patrícia do Socorro Mendonça, Assistente Técnico-Jurídico, código: CDS-3, para desempenhar suas atividades funcionais na Central de Licitações e Contratos /PGE, a contar de 19 de setembro do corrente ano.

Art. 2º - Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral, Macapá-AP, 28 de Setembro de 2016.

Julhiano Cesar Avelar

Subprocurador-Geral do Estado.  
Dec. Nº 5302/2015, de 17.11.2015

### Polícia Civil

Del. Maria de Lourdes Sousa

#### PORTARIA N.º 217/2016-DGPC

A DELEGADA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XI, da Lei n.º 0883/2005 e pelo Decreto n.º 0038, publicado no DOE n.º 5870, de 02 de janeiro de 2015, combinado com o parágrafo único do art. 161, da Lei n.º 0066/93 e tendo em vista os motivos expostos no Ofício n.º 225/2016-CSA, subscrito pela Presidente da Comissão na Sindicância Administrativa Disciplinar n.º 001/2011-CGPC, os quais justificam a necessidade de prorrogação do prazo fixado em lei para a conclusão dos respectivos trabalhos.

#### RESOLVE:

PRORROGAR, por 30 dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída pela Portaria n.º 053/2011-DGPC, e alterada pela Portaria n.º 206/2016-DGPC, a contar do prazo legal.

Dê-se ciência.

Publique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 22 de setembro de 2016.

MARIA DE LOURDES SOUSA  
Delegada-Geral de Polícia Civil

#### PORTARIA N.º 218/2016-DGPC

A DELEGADA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XI, da Lei n.º 0883/2005 e pelo Decreto n.º 0038, publicado no DOE n.º 5870, de 02 de janeiro de 2015, combinado com o parágrafo único do art. 161, da Lei n.º 0066/93 e tendo em vista os motivos expostos no Ofício n.º 229/2016-CSA, subscrito pela Presidente da Comissão na Sindicância Administrativa Disciplinar n.º 005/2016-CGPC, os quais justificam a necessidade de prorrogação do prazo fixado em lei para a conclusão dos respectivos trabalhos.

#### RESOLVE:

PRORROGAR, por 30 dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída pela Portaria n.º 204/2016-DGPC, a contar do prazo legal.

Dê-se ciência.

Publique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 23 de setembro de 2016.

MARIA DE LOURDES SOUSA  
Delegada-Geral de Polícia Civil

#### EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 003/2013 - DGPC

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013 - DGPC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL-DGPC, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA MACONFRIO E REFRIGERAÇÃO LTDA, COMO CONTRATADA, PARA OS FINS NELE DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, e na melhor forma do direito, as partes identificadas no pórtico do Contrato original, têm, entre si, justo e avençado e celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2013-DGPC, Pregão Eletrônico nº 010/2013-DGPC, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1) O presente TERMO ADITIVO ao Contrato tem fundamento legal no Art. 67, inciso II, c/c Art. 65, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no Parecer Jurídico nº 997/2016-PLCC/PGE/AP, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato nº 003/2013-DGPC, e no contido no Processo nº 28820.000348/2016-DGPC.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1) O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração da Cláusula Décima Quarta do Contrato nº 003/2013-DGPC, referente a manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação e reposição de peças nos aparelhos de climatização de ar, para atender as necessidades dos prédios da DGPC/AP.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO:

3.1) Altera a Cláusula Décima Quarta do Contrato original ora aditado, passando a ter a seguinte redação:  
3.1.1) Cláusula Décima Quarta - da Vigência: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de 12 (doze) meses e terá seu início a partir de 14/09/2016 e seu término em 14/09/2017, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação aplicável, desde que haja interesse da Administração da Delegacia Geral de Polícia Civil.